

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL:
UMA EXPERIÊNCIA NA UNIDADE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO
ANTUNES**

Katiane Moraes da Silva

Jéssila dos Santos Belo

Resumo: O presente trabalho aborda sobre a importância do estágio para formação profissional. Objetiva evidenciar o estágio supervisionado em Serviço Social na Unidade de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes. Para alcançar o objetivo proposto foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental, com a intenção de aprofundar o conhecimento a respeito da temática, através da leitura de livros, artigos, legislações brasileiras e sites oficiais. Deste modo, este trabalho retrata sobre a prática profissional do assistente social no contexto brasileiro. Apresenta um breve resgate histórico sobre a política de saúde no Brasil, trazendo seus principais avanços e desafios, e sua incidência sobre a prática do profissional de Serviço Social e conseqüentemente para o estágio supervisionado. Expõe o aprendizado adquirido com o processo de estágio supervisionado na Unidade de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente, ao proporcionar a ampliação do conhecimento sobre as diversas políticas sociais, em especial a de saúde e permitir as estagiárias uma aproximação com o trabalho multidisciplinar. Por fim, demonstra que a vivência no complexo hospitalar propiciou as discentes uma análise crítica da realidade, que as capacitou na identificação das problemáticas institucionais e na construção de um projeto de intervenção.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Serviço Social. Saúde.

Abstract: The present work deals with the importance of the internship for vocational training. It aims to evidence the supervised internship in Social Work at the Child and Adolescent Health Care Unit of Professor Alberto Antunes University Hospital. In order to reach the proposed objective, a bibliographic and documentary research was carried out, with the intention of deepening the knowledge about the subject, through the reading of books, articles, Brazilian legislations and official websites. Since this way, this work portrays the professional practice of the social worker in the Brazilian context. It presents a brief historical rescue on health policy in Brazil, bringing its main advances and challenges, and its incidence on the practice of the Social Work professional and consequently to the

supervised stage. It exposes the learning acquired through the supervised internship process in the Child and Adolescent Health Care Unit, by providing a broadening of knowledge about the various social policies, especially health, and allowing trainees to approach the multidisciplinary work. Finally, it shows that the experience in the hospital complex provided the students with a critical analysis of the reality, which enabled them to identify the institutional problems and the construction of an intervention project.

Keywords: Supervised internship. Social service. Cheers.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho expõe sobre a importância do estágio para formação profissional, tendo como objetivo evidenciar o estágio supervisionado em Serviço Social na Unidade de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA). Deste modo, torna-se imprescindível dar visibilidade ao estágio, sendo este um momento ímpar que complementa o processo de ensino/aprendizagem, proporcionando ao discente a construção de uma postura crítica e reflexiva sobre a realidade em que está inserido. Desta maneira, indagamos: como a prática de estágio na Unidade de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente pode contribuir para a formação profissional do discente em Serviço Social?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Devido às transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na sociedade e o contínuo desenvolvimento das forças produtivas¹, nos últimos anos do século XIX, o

¹ O conjunto dos elementos, meios de trabalho (tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar, como instrumentos, ferramentas, instalações, a terra etc.) objetos de trabalho (tudo aquilo sobre que incide o trabalho humano, como as matérias primas naturais brutas ou já modificadas pela ação do trabalho) e força de trabalho (trata-se da energia humana que no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de produção, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades) designa-se forças produtivas. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 70).

capitalismo adentra em sua fase monopolista. É nesta fase que o Estado passa a intervir diretamente sobre as expressões da “questão social²” através das políticas sociais, recortando-as em problemáticas particulares (desemprego, fome, carência habitacional, acidente de trabalho, falta de escolaridade, violência etc.) para assim enfrentá-las. (NETTO, 2007). Deste modo, as políticas sociais e a organização de padrões de proteção social são formas de respostas às sequelas da “questão social”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Pode-se afirmar que o surgimento da política social se deu de forma gradual e distinta entre os países, relacionando-se ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, dependendo da organização e pressões exercidas pelo movimento da classe trabalhadora e ainda pelas “correlações e composições de força no âmbito do Estado”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64). A maioria dos autores que estudam sobre esta temática concorda que no final do século XIX o Estado capitalista “passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade”. (BEHRING; BOSCHETTI, p. 64, 2011). No Brasil, a introdução da política social se deu entre os anos de 1930 e 1943, com as primeiras iniciativas reguladoras do mundo do trabalho no governo de Getúlio Vargas. (DRAIBE *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Diante deste contexto, o Serviço Social caracterizado como uma especialização do trabalho coletivo surge como uma profissão, inserida na divisão social e técnica do trabalho, para intervir nas expressões da questão social, assim, é requisitado como executor das políticas sociais. Como destacam Nogueira e Sarreta (2016, p. 2),

O Serviço Social enquanto profissão surge vinculado ao agravamento das mazelas sociais, assumindo a função de executor das ações sociais destinadas à população pauperizada, que tinham por objetivo amenizar os

² Segundo Yamamoto: “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia (...)” (IAMAMOTO; CARVALHO *apud* NETTO, 2007, p.17).

conflitos entre a classe proletária e a burguesia. Sabe-se, portanto, que desde sua origem o Serviço Social encontra-se em meio ao antagonismo dos interesses entre as duas classes sociais fundamentais.

Sendo assim, desde seus primórdios até os dias atuais, a profissão tem se redefinido, considerando sua inserção na realidade social brasileira, entende-se que seu significado social se expressa nas reveladas desigualdades sociais e econômicas presentes no Brasil. Torna-se necessário repensar a profissão do assistente social sob um olhar mais crítico, sob um novo posicionamento que vise dar respostas às demandas sociais impostas pela sociedade capitalista. E conseqüentemente voltar-se para o estágio supervisionado, considerando esse, uma exigência fundamental para a formação profissional (ALMEIDA, 2013).

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental, com a intenção de aprofundar o conhecimento a respeito da temática, através da leitura de livros, artigos, legislações brasileiras e sites oficiais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Serviço Social brasileiro possui um aparato legal³ que regulamenta a profissão, um projeto ético político e um projeto de formação profissional, deste modo, dispõe de um direcionamento social, um perfil determinado de profissional e um conjunto de atribuições e competências socioprofissionais. (GUERRA, 2006). As mudanças ocorridas no contexto histórico que envolve a profissão, atribuíram novos contornos ao assistente social, diversificando os espaços sociocupacionais em que está inserido. De acordo com Yamamoto

³ A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993; Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010 e o Código de Ética do Profissional do/a Assistente Social.

(s/d, p. 345), no Brasil, o assistente social é majoritariamente funcionário público que atua nas diferentes políticas sociais, com destaque à política de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras.

Em relação a saúde, Bravo (*apud* IAMAMOTO, s/d) esclarece que sua oferta no Brasil remonta uma história de contradições. No período ditatorial (1964-1985), onde ocorre mudanças significativas nas formas de intervenção do Estado, nos mais diversos âmbitos da sociedade, a saúde sofreu uma série de desfinanciamentos que impactou os níveis de vida da população brasileira (BRAVO, 1996). Somente após a redemocratização do país essa situação começa a mudar.

Conjuntamente ao processo de redemocratização na década de 1980, emergiu um projeto que buscava ampliar e fortalecer a política de saúde, o projeto de Reforma Sanitária. Ele foi construído a partir da luta dos profissionais da saúde para articular, junto com outros movimentos sociais, o debate e discussão da saúde pública. Ou seja, a saúde tomou uma dimensão política, tendo como objetivos centrais a universalização do acesso, a descentralização com participação popular e a melhoria da qualidade dos serviços prestados, além de incentivar a presença de novos sujeitos sociais na definição da política setorial, através de conselhos e conferências, conforme o que é estabelecido nos princípios e diretrizes da lei 8.080 de 1990.

A luta da sociedade e dos movimentos sociais pela garantia de direitos teve como desfecho a conquista da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Nela a saúde foi caracterizada como uma política universal e não contributiva, constituindo-se como direito de todos e dever do Estado⁴. Vale ressaltar que, embora a Constituição Federal tenha sido aprovada na década de 1980, apenas em 1990 foi promulgada a Lei Orgânica da Saúde. No

⁴ Conforme o inciso primeiro o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1990).

mesmo período em que se vivia um grande retrocesso no contexto internacional, devido à disseminação do neoliberalismo (NOGUEIRA; SARRETA, 2016). Tal fenômeno chega ao Brasil em um momento de crise, e se expressa na implantação de medidas de corte da proteção social recentemente conquistada na supracitada Constituição. Consequentemente, ocorre uma drástica redução de gastos com políticas sociais, inclusive na área da saúde.

Esse contexto de intensificação do sucateamento da política de saúde, atinge diretamente a prática dos assistentes sociais que atuam na referida política e consequentemente o estágio supervisionado. Tendo em vista que o estágio tem como objetivo articular a formação acadêmica com o exercício profissional, condensando elementos que tornam indissociável a teoria e a prática. Sendo assim, pode ser apreendido como uma estratégia reflexiva da formação profissional que complementa o processo de ensino/aprendizagem, capacitando o acadêmico a ter uma postura crítica e reflexiva sobre a realidade em que está inserido. Embora seja um momento ímpar para capacitar os discentes na intervenção social, as dificuldades encontradas no campo de estágio estão relacionadas diretamente com as contradições que permeiam a prática profissional, os contrastes da sociedade capitalista.

No HUPAA, o estágio supervisionado em Serviço Social é desenvolvido de acordo com o aparato legislativo da categoria profissional. É através da inserção dos discentes nos distintos espaços ocupacionais, que se faz possível uma apreensão crítica da realidade. Desta forma, o estágio é dividido em dois momentos, inicialmente, as estagiárias tem uma aproximação com a prática desenvolvida pela (o) assistente social, proporcionando uma observação crítica que permite a realização da caracterização institucional e a identificação das problemáticas. A partir disto, as discentes planejam e executam um projeto de intervenção, desenvolvendo ações que visam contribuir para amenizar as expressões da “questão social”. Segundo Lewgoy (2013, p. 78),

o conhecimento e a problematização da realidade nos campos de estágio, pela familiarização com a instituição, com os programas e projetos, com a

política social e ainda com a identificação das expressões da questão social, são elementos constitutivos de intervenção e elaboração do projeto de intervenção pelo aluno.

A Unidade de Atenção à saúde da Criança e do Adolescente (Pediatria), localizada no 3º andar do hospital, possui 24 leitos, sendo 1 de isolamento. Essa Unidade é composta por uma equipe multidisciplinar formada por: Assistente Social, Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Enfermeiros, Fisioterapeuta e Médicos. Neste setor, o Serviço Social dispõe de uma sala de atendimento socioassistencial, onde são realizados atendimentos de referência às mães acompanhantes e familiares dos pacientes. Além disso, o profissional e os estagiários de Serviço Social realizam atividades assistenciais de atendimento individualizado, ações socioeducativas e atividades de ensino.

No estágio curricular supervisionado, torna-se imprescindível que tanto os supervisores, quanto os estagiários busquem estratégias de enfrentamento aos desafios do dia a dia profissional, além de desenvolverem suas atribuições e competências em consonância com a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e com os princípios ético-políticos descritos no Código de Ética profissional. Dessa forma, torna-se perceptível a relevância do trabalho coletivo e integrado da tríade: supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário, numa perspectiva afirmativa de desenvolvimento do processo de estágio e formação profissional do aluno (ALMEIDA, 2013). Entre outros aspectos, deve-se ressaltar a importância desse trabalho conjunto na graduação em Serviço Social, pois através do envolvimento responsável desses sujeitos no processo de estágio, será possível ao estagiário uma formação integrada, fazendo-o superar a dicotomia entre a teoria e a prática profissional do assistente social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência na Unidade de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente proporcionou as estagiárias uma ampliação do conhecimento sobre as diversas políticas sociais, em especial a política de saúde, além de permitir a aproximação com o trabalho multidisciplinar, que visa reunir os conhecimentos das distintas áreas profissionais, buscando melhorar a efetividade das intervenções, oportunizando um atendimento humanizado aos usuários. Neste processo, a construção do projeto de intervenção⁵ possibilitou as estagiárias uma aproximação crítica com a realidade permitindo identificar uma problemática, a fim de planejar e executar ações que visavam intervir na realidade dos usuários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suênya Thatiane Souza de. A importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social. *In: III Simpósio Mineiro de Assistente Sociais*. Belo Horizonte, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 24 de setembro de 2018.

BRASIL. Lei número 8.080, de 19 de setembro de 1990. Brasília, DF, 19 set. 1990.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).
BRAVO, Inês Souza. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

⁵ No ano de 2018, as estagiárias de Serviço Social, Jéssila Belo e Katiane Moraes, desenvolveram um projeto de intervenção intitulado “A judicialização da saúde da criança e do adolescente”, que problematizou a dificuldade de acesso desses indivíduos aos serviços de saúde.

GERRA, Yolanda. **Análise dos Dados da Pesquisa sobre o Estado da Arte da Implementação das Novas Diretrizes Curriculares.** Oficina descentralizada de ABEPSS “10 Anos de diretrizes curriculares – um balanço necessário”. MG: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2006.

IAMAMOTO, Marilda. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** s/d. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/os-espacos-socio-ocupacionais-do-assistente-social-marilda-201608200501015865260.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **O estágio supervisionado em serviço social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional.** Brasília: Temporalis, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/katia/Downloads/Dialnet-OEstagioSupervisionadoEmServicoSocial-5017107.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

MELO, Edivânia Francisca. Implementação e consolidação do neoliberalismo no Brasil. In: **Reflexões em tempo de crise: trabalho, política, movimentos sociais, serviço social.** ALCÂNTARA, Norma; SOUZA, Reivan; FREIRE, Silene de Moraes (org.). Maceió: EDUFAL, 2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NOGUEIRA, Danielle de Oliveira; SARRETA, Fernanda de Oliveira. **A inserção do Assistente Social na Saúde: desafios atuais.** In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 4, 2016, Belo Horizonte, 2016.